

O mapa político e a liberdade de imprensa na Guiné-Bissau

Silvino Lopes Évora*

Helena Sousa**

Resumo

O panorama mediático da Guiné-Bissau está marcado pela história do nascimento do país. Depois de cinco séculos de colonização portuguesa, os guineenses passaram a gerir os destinos da nação. No campo dos meios de comunicação social, a história da Guiné-Bissau conta que o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) foi o primeiro actor social guineense a usar de voz impressa própria, com intuitos propagandísticos e independentistas. Os jornais escassearam, mercê da falta de meios humanos e materiais do país. Por outro lado, a propaganda pró-colonialista fazia-se nas rádios, sobretudo, mas também em jornais que dedicavam mais espaço à metrópole do que à Guiné-Bissau. No entanto, ao longo da década de 1960 surgiram órgãos de orientação independentista, como a rádio de Amílcar Cabral, Libertação. *Nô Pintcha* foi o primeiro jornal guineense da era pós-colonial. O percurso do sector dos *media*, depois da independência, está marcado pelas diversas dificuldades com que lida, até hoje, a Guiné-Bissau. As carências de meios técnicos e humanos e a instabilidade política impedem a proliferação de uma indústria mediática.

Palavras-chave: *media*, Guiné-Bissau, liberdade de expressão, imprensa

1. Breve caracterização da Guiné-Bissau

1.1. Caracterização sociográfica e socioeconómica

Com alguns milhares de km² em cada macaréu¹, a Guiné-Bissau é um pequeno país, situado na costa ocidental da África, fazendo fronteira, a norte, com o Senegal e, a leste e a sul, com a Guiné-Conacri (Cruz, 1999 e Bull, 1989). Para além do território continental, há ainda o arquipélago dos Bijagós, constituído por dezenas de ilhas e ilhéus. “A sua superfície é de cerca de 36 126 km², sendo 4000 km², cobertos periodicamente pelas marés e revestidos dos mangais” (Bull, 1989: 61). Trata-se de um país eminentemente rural, pelo que “poucos são os espaços que se podem qualificar como cidades. A grande maioria dos espaços urbanos de tipo europeu possui apenas uma rua

* Doutorando em Ciências da Comunicação no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. silvevora@hotmail.com

** Departamento de Ciências da Comunicação e Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. helena@ics.uminho.pt

¹ Macaréu é a maré-alta que atinge amplitudes de 9 metros e se estende dezenas de quilómetros terra adentro.

principal, ao longo da qual se encontram dispostos os edifícios públicos e privados, construídos essencialmente no período colonial” (Nóbrega, 2003: 113).

A Guiné-Bissau está entre as vinte economias mais frágeis, à escala planetária, sobrevivendo, sobretudo, da pesca e da agricultura. As principais culturas são: arroz, milho, feijão, mandioca (tapioca), castanha de caju, amendoim, semente de palma, algodão. Devido às condições climáticas e à pobreza dos terrenos agrícolas, “predominam as culturas rotativas, intercaladas com largos períodos de pousio” (Nóbrega, 2003: 97). O país conta ainda com alguma exploração da madeira e a pesca; obedecendo às lógicas tradicionais, está longe de ser adequada às potencialidades que a zona marítima nacional oferece. “O subdesenvolvimento não é uma subtração. É uma realidade que fomenta desequilíbrios e acelera novos focos de assimetrias económicas e sociais” (Lopes *et al.*, 1988: 108).

Apresentando uma das mais deficitárias balanças de pagamentos no espaço lusófono, a Guiné-Bissau possui um PIB de 182 dólares por habitante, ficando muito abaixo dos 244 dólares registados em 1990. A esperança de vida é de 45 anos: 46 anos para as mulheres e 43 anos para os homens (www.agenciabissau.com)². Setenta e oito por cento da mão-de-obra activa dedicam-se ao sector da agricultura, verificando-se, em 1991, que cinquenta por cento de toda a população vivia muito abaixo do limiar da pobreza. O sector da indústria é muito deficiente, registando-se unidades industriais que produzem cervejas, refrigerantes e transformam alguns dos produtos obtidos a partir da agricultura. Medeiros diz que, em África, as exportações decrescem progressivamente e apenas “cinco países detêm metade dos pólos industriais em termos de valor acrescentado (Nigéria, Zimbabué, Costa do Marfim, Gana e Quénia)”, sendo que a “África do Sul retém a outra parte da estrutura industrial” (1998: 119).

Não satisfazendo a sua procura interna, a Guiné-Bissau importa muitos produtos alimentares para suprir as necessidades mais prementes das suas populações. Em 1998, as importações atingiram o patamar dos 22,9 milhões de dólares americanos, sendo que, no ano anterior, a dívida externa do país estava na fasquia dos 921 milhões de dólares norte-americanos (www.jocum.org.br)³. A moeda do país é o Franco CFAF, cuja cotação em relação ao euro ficou fixada, a partir de Janeiro de 1999, na taxa de 655 957 francos CFA por cada euro.

A nível demográfico, em Julho de 2000, o país contava com 1 285 715 habitantes, albergando várias etnias: fala-se em 99% de africanos e menos de 1% de europeus e mulatos. Dos africanos, 30% pertencem à etnia balanta, 20% são fulas, 14% são manjacos, 13% mandingas e 7% são da etnia papel (www.jocum.org.br)⁴. A diferença étnica é um dos principais motivos de conflitos e instabilidade sociopolítica do país. No arquipélago dos Bijagós, é predominante a etnia bijagó; no Biombo, a etnia papel;

² Site oficial da Agência Bissau: <http://www.agenciabissau.com/portal.aspx?link=public/viewnews.ascx&menuindex=0&newsid=1160>, consultado a 27 de Agosto de 2006.

³ Site oficial da Associação Jovens com uma Missão: http://www.jocum.org.br/afrika/bissau/economia/economia_bissau.htm, consultado a 06 de Setembro de 2006.

⁴ *Idem*: http://www.jocum.org.br/afrika/bissau/povo/povo_bissau.htm, consultado a 06 de Setembro de 2006.

em Cacheu, os Manjacos; no Oio, os Mandingas e os Balantas disputam território; em Bafatá, os Fulas são a maioria, verificando-se uma boa percentagem de Mandingas; Gabu é dominado pelos Fulas; em Quinara verifica-se uma sobreposição dos Balantas em relação aos Beafadas; e, em Tombali, os Nalus dominam o território (Nóbrega, 2003). Na capital do país, Bissau, regista-se uma verdadeira convergência das mais diferentes etnias, acabando por formar-se um verdadeiro mosaico cultural.

Nóbrega salienta que, na Guiné-Bissau, a diversidade cultural é tão grande que, frequentemente, encontram-se “povos de línguas e costumes totalmente diferentes, separados apenas por uma estreita ria ou uma pequena mata” (2003: 51). As diferenças étnicas são acompanhadas da divisão das diferentes populações pelas várias crenças que são cultivadas no país: 50% dos guineenses são indígenas, 45% da população são muçulmanos e apenas 5% são cristãos.

O povo da Guiné-Bissau expressa-se em vários idiomas. O português é a língua oficial, mas está longe de atingir a importância que o crioulo e as línguas africanas têm na vivência diária dos habitantes. Uma grande maioria dos funcionários públicos expressa-se em crioulo e o próprio “português (da Guiné-Bissau) é o crioulo mal falado” (Lopes, 1988: 240). Bull (1989) apresenta o panorama linguístico guineense como um caso singular no espaço lusófono: se Cabo Verde e São Tomé e Príncipe contam com o português e o crioulo, Angola e Moçambique possuem o português e as línguas africanas. A Guiné é o único país do mundo onde convergem o português, o crioulo e as línguas africanas. No entanto, “o crioulo da Guiné-Bissau tem uma estrutura gramatical próxima das línguas africanas” (Lopes, 1988: 240).

O sistema educativo da Guiné-Bissau é bastante deficiente, havendo um grande número de pessoas que não possui a instrução primária. “A taxa de alfabetização global não ultrapassa os 15%, o equipamento escolar é insuficiente e o ensino deficiente” (Lopes, 1988: 364). Por este motivo, a vida da maioria das pessoas não está ligada a sectores de actividade que exigem grandes qualificações académicas ou instruções técnicas. Como já frisámos, quase 80% da população é dependente das actividades agrícolas, cultivadas segundo os moldes tradicionais.

1.2. Resenha histórica

A Guiné-Bissau foi descoberta pelos portugueses no decurso do século XV e, em 1588, foi fundada a primeira povoação portuguesa na região de Cacheu, cuja administração foi entregue ao arquipélago de Cabo Verde. Posteriormente, foram construídas as povoações de Farim e Zinguinchor. A ocupação portuguesa iniciou-se a partir da foz dos rios Casamansa, Cacheu, Geba e Buda. A administração colonial teve séculos de governação mais ou menos pacífica, até que, na segunda metade do século XX, teve lugar uma longa guerra que só acabou com a independência do território.

A história moderna da Guiné-Bissau é marcada por vários episódios de conflitos armados, que começaram desde o início da resistência contra a presença portuguesa, enquanto potência colonizadora, desdobrando-se, depois da independência, em várias tensões internas, numa luta pelo controlo do poder.

Com o fim da II Guerra Mundial, houve um crescimento acentuado do espírito nacionalista nos povos colonizados que começaram a questionar a dependência em relação às então potências europeias. A instituição da liberdade em muitos impérios europeus abriu caminhos para que pudesse haver uma mudança de regime nos países africanos (e não só). O 25 de Abril de 1974 contribuiu, em larga medida, para a libertação das antigas colónias portuguesas, acabando a Guiné-Bissau por oficializar a sua independência em 1974.

No entanto, devemos levar em conta outros contextos políticos do pós-guerra. Os EUA e a União Soviética, a par das potências vencedoras, “na disputa por zonas de influência, começaram a apoiar a formação de resistências contra a presença europeia nas colónias. Mesmo nos territórios onde o nacionalismo pretendeu preservar o seu próprio processo de luta, a influência das grandes potências esteve invariavelmente presente quer no apoio ideológico e doutrinário, quer no apoio material” (Zeverino, 2003: 25).

Embora não tendo o mesmo tipo de reacção, regra geral, os países europeus opuseram-se às reivindicações nacionalistas, obrigando os movimentos nacionalistas a adoptarem estratégias de guerrilhas que desafiavam o próprio sistema tradicional de combate. A partir de meados dos anos 40, as colónias europeias do Extremo Oriente, Médio Oriente e Norte da África começaram a adquirir a sua independência. No entanto, Portugal não reunia as condições políticas indispensáveis para negociar a libertação das antigas colónias. O império colonial e o domínio ultramarino eram dimensões estruturantes do regime.

Isolado no contexto internacional, as aspirações portuguesas de continuar com o domínio das antigas Províncias Ultramarinas começaram a ser desafiadas, com a constituição de vários grupos que reivindicavam a libertação do seu território. A partir dos finais dos anos 50, começaram a nascer, na Guiné-Bissau, vários movimentos que apelavam à independência, entre as quais: União Popular da Guiné-Bissau (1958), União Democrática Cabo-verdiana (1959), Movimento da Libertação da Guiné (1961), União dos Naturais da Guiné Portuguesa (1962) ou Frente de Libertação para a Independência da Guiné (1962). Com o apoio da Guiné-Conacri, nasceu em 1959, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Após várias vicissitudes, a partir de 1962, o PAIGC e a Frente de Libertação para a Independência da Guiné (FLING) afirmaram-se como os únicos movimentos sociopolíticos dispostos a lutar a favor da causa guineense. O PAIGC tomou, praticamente, o comando da luta nos campos político e militar (Lopes *et al.*, 1988; Zeverino, 2003 e www.iseg.utl.pt)⁵.

O combate a favor da independência pôs frente a frente duas carismáticas figuras da guerra independentista: Amílcar Cabral (do PAIGC) e o Comandante António de Spínola (então Governador da Guiné). Em 1973, a morte fez com que Cabral desaparecesse de cena.

⁵ Site oficial do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG): http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/cesa_doc_trab_70.pdf, consultado a 9 de Setembro de 2006.

Com o 25 de Abril de 1974, Portugal publicou a Lei n.º 7/74 para reconhecer o PAIGC como o único e legítimo representante do povo da Guiné-Bissau, procurando, a partir de então, estabelecer o acordo que rubricasse a independência do território. A 26 de Agosto de 1974 surgiu o Acordo de Argel (Zeverino, 2003).

A chegada da independência à Guiné-Bissau não coincidiu com o fim das hostilidades bélicas, pelo que o regime de Partido Único levanta “uma cordilheira de reflexões que viajam até ao interior das muitas clivagens étnicas e socioeconómicas” (Lopes *et al.*: 1988: 108). Terminadas as lutas colonialistas, as elites do PAIGC ascenderam ao poder, causando um grande conflito entre os que, embora a instrução académica e a experiência administrativa fossem incipientes, eram considerados os melhores profissionais para dirigirem o país. Por outro lado, havia uma ala política e social que defendia o reforço do nacionalismo guineense. A Organização Anticolonialista da Guiné-Bissau propôs, desta forma, o fim imediato do Governo federativo Guiné/Cabo Verde, além de começar a atacar qualquer política que levasse a Guiné-Bissau para o caminho de adesão e cooperação com os países socialistas do Pacto de Varsóvia e Cuba. Em relação a Cabo Verde, combatiam aquilo que chamavam de ‘neocolonialismo cabo-verdiano da Guiné’ (Lopes, 1999; Nóbrega, 2003 e Zeverino, 2003).

Em 1980, a Guiné-Bissau tinha uma economia muito deficitária e a grande massa populacional não tinha os mais básicos bens alimentares. A aprovação da nova Constituição na sessão extraordinária de 12 de Novembro de 1980, acompanhada do mal-estar social decorrente da degradação económica, conduziu a Guiné-Bissau para uma tensão política, crispando as relações supranacionais com Cabo Verde. Foi neste contexto que, a 14 de Novembro de 1980, o Comandante João Bernardo Vieira (Nino Vieira) levou a cabo um golpe de Estado, destituindo o então Presidente da Guiné e de Cabo Verde, Luís Cabral (Fonseca, 1990).

Tendo tido um acesso diferente à educação, os cabo-verdianos puderam colaborar “activamente com o poder colonial, tendo-se revelado como preciosos auxiliares e intermediários entre os autóctones e as autoridades coloniais na gestão da administração e na supervisão dos trabalhos forçados” (Zeverino, 2003: 41). Tal facto terá contribuído para um sentimento de desconfiança dos guineenses face aos cabo-verdianos. Assim, com o golpe de Estado, Nino Vieira assumiu o Conselho da Revolução e afastou todos os dirigentes cabo-verdianos, que reagiram declarando a ruptura com a Guiné e criando o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

Em Novembro de 1981, Nino Vieira organizou um Congresso do PAIGC, no qual decidiu que o partido mantinha o mesmo nome e que todos os que participaram na criação do PAICV seriam expulsos. Nino Vieira acabou por ser eleito Secretário-Geral do PAIGC.

Com Nino Vieira na presidência da Guiné-Bissau, os conflitos multiplicam-se. Em 1983, Nino Vieira propõe a revisão da Constituição e da Lei Eleitoral (que foram aprovadas em 1984) e demite Victor Saúde Maria do cargo de Primeiro-ministro por suposta preparação de um golpe de estado (Nóbrega, 2003).

As primeiras eleições multipartidárias tiveram lugar em 1994 e serviram para manter o PAIGC no poder. A partir desta data, começou uma longa crise interna dentro do PAIGC, que se arrastou até 1998. A suspensão do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Brigadeiro Ansumane Mané, na sequência do caso de tráfico de armas para os independentistas de Casamansa, contribuiu para o agravamento da crise, criando um espírito de revolta no seio dos militares. “A configuração das forças políticas e militares anti-Nino Vieira logo no início do levantamento de 7 de Junho de 1998, demonstram que o eclodir da guerra, menos de um mês depois do fim do VI Congresso do PAIGC, foi uma sequência natural da guerra de palavras travada nesta contenda política para uma guerra violenta provocada pelo impasse que constitui o seu desfecho político” (Zeverino, 2003: 61).

Diante de uma degradação progressiva das relações entre a instância militar e o PAIGC, o Brigadeiro Ansumane Mané antecipou qualquer tipo de julgamento, organizando um grupo de militares que, no dia 7 de Junho de 1998, frustraram uma tentativa de eliminar o Presidente Nino Vieira, que procurou apoio das tropas de Senegal e da Guiné-Conacri. A 2 de Dezembro de 1998, sob a proposta da Junta Militar, Francisco Fadul foi nomeado primeiro-ministro da Guiné-Bissau.

No entanto, no dia 31 de Janeiro de 1998, as tensões entre Nino Vieira e a Junta Militar provocaram um intenso combate em Bissau, fazendo com que, a 20 de Janeiro, tomasse posse um Governo de Unidade Nacional, mas a situação não estava ainda resolvida. Nino Vieira contava com centenas de jovens armados para defender a sua presidência. Insistindo em não desarmar os jovens, contrariando assim as reivindicações da Junta Militar, esta lançou uma violenta operação militar no dia 7 de Maio de 1999 e, pouco mais de 24 horas depois, os homens do Presidente reconheceram a derrota.

Nino Vieira refugiou-se em Portugal e “Kumba Yalá venceu as eleições e herdou um país com uma dívida externa maciça e uma economia que assenta pesadamente na ajuda externa. Ele foi derrubado num golpe sem sangue em Setembro de 2003”, sendo substituído interinamente por Henrique Rosa (www.bbc.co.uk)⁶. Perdendo muito do seu protagonismo dentro do PAIGC, Nino regressou ao país, em 2005, para triunfar, como independente, no embate eleitoral e é hoje, de novo, presidente da República da Guiné-Bissau.

1.3. Modelo político e sistema de governação

No plano político e administrativo, a Guiné-Bissau passou um longo período de tempo sob a dependência do arquipélago de Cabo Verde. Durante o período colonial, os cabo-verdianos tinham um papel importante na vigilância dos trabalhos forçados na Guiné-Bissau. Mesmo dependendo de Cabo Verde, os colonizadores elegeram três aglomerações urbanas que seriam importantes para a administração da Guiné: Cacheu, Baloma

⁶ Site oficial da BBC: <http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/countryprofiles/story/2004/09/guinea-bissau.shtml>, consultado a 10 de Agosto de 2006.

e Bissau. A Provisão de 29 de Dezembro de 1614 decretou Cacheu como capital da então Província de Guiné. Em 1859, a capital foi transferida para Baloma. A partir de 1941, Bissau passou a ser capital da Província (Bull, 1989). “Quando, a partir de 1940, Bissau levou a melhor sobre Bolama enquanto capital da Guiné, este pedaço do ‘Chão de Papel’ passou a monopolizar a autoridade administrativa e a concentrar o poder económico” (Koudawo: Banobero, edição de 04 de Outubro de 2000).

A administração da Guiné-Bissau foi levada a cabo na base de um entendimento entre as doutrinas tribais e as normas europeias. Por um lado, mantiveram-se “as ‘tradicional’ formas de organização social e política, próprias das sociedades autóctones, o que implicava a manutenção dos líderes tradicionais e, por outro, numa tentativa de constituição de uma classe de intermediários entre o poder colonial e as populações locais para facilitar os contactos entre as estruturas implantadas pelo Estado Colonial e as estruturas ditas tradicionais” (www.iscte.pt)⁷. Entre 1920 e 1950, o poder colonial consolidou a sua estrutura administrativa, reforçando a proeminência política de um número reduzido de africanos privilegiados, largamente constituído “por cabo-verdianos obrigados a emigrar de Cabo Verde a Guiné” (www.iscte.pt)⁸.

Ascensão (1991) afirma que, em África, o Direito é ‘dualista’, acompanhando o ‘dualismo da sociedade’. A par do Direito europeu, existem também as normas costumeiras, que regem a vida, sobretudo, nas organizações tribais. Analisando a organização social e política nas zonas islamizadas da Guiné-Bissau, Nóbrega salienta que “no topo da hierarquia social estão as linhagens nobres a quem compete, pela tradição, o poder político organizado territorialmente sob a forma de regulados e chefias da tabanca” (2003: 90). No entanto, nesta organização social, para a tomada de qualquer decisão, ouve-se, primeiro, os conselhos dos considerados ‘homens grandes’ e os dignitários religiosos.

Em relação às modernas formas de exercício do poder, tomemos como ponto referencial a independência da Guiné-Bissau, que foi proclamada unilateralmente, pelo PAIGC, a 24 de Setembro de 1973, em Medina de Boé. A partir desta data, a Assembleia Nacional Popular declarou, no artigo 1.º da Constituição, a República da Guiné-Bissau como soberana, democrática e anti-colonial. Mais de 80 estados, em todo o mundo, reconheceram a Republicada Guiné-Bissau, mas só depois do 25 de Abril de 1974 é que Portugal aceitou a independência guineense (Bull, 1989).

Depois da independência de Cabo Verde, a 5 de Julho de 1975, os dois territórios optaram por um Governo supranacional conjunto, continuando a Guiné dependente do arquipélago. Pelo facto de existir, na altura, mais letrados em Cabo Verde do que na Guiné tornava-se muito difícil os guineenses disputarem a administração da região.

Com a separação administrativa dos dois territórios, a Guiné seguiu com o regime de Partido Único até que, “em Maio de 1991, o regime do então Presidente Nino Vieira decidiu rever a Constituição de 1984 para, entre outras alterações, eliminar o

⁷ Site oficial do ISCTE: http://cea.iscte.pt/papers/CEA_OP_Cardoso_Elite.pdf, consultado a 08 de Setembro de 2006.

⁸ *Idem, ibidem.*

artigo IV, que consagrava o PAIGC como ‘a força política dirigente da sociedade e do Estado’ e, ao mesmo tempo, aprovou a Lei dos partidos políticos e da liberdade de imprensa” (www.codesria.org)⁹. Trata-se de um grande passo no processo de democratização do país. Entre Dezembro de 1991 e Dezembro de 2002, cerca de vinte partidos políticos foram legalizados. Passados três anos após a alteração constitucional, foram realizadas as primeiras eleições legislativas e presidenciais, consideradas pela comunidade internacional como tendo sido livres e justas.

Apesar de, em Junho de 1998 e em 1999, ter havido eleições na Guiné-Bissau, substituindo a administração de Nino Vieira – que já estava há cerca de vinte anos no poder – pelo regime de Kumba Yalá, a verdade é que o mapa político da Guiné-Bissau continua a dar sinais de instabilidade. Desta feita, comparando a transição política da Guiné com a de Cabo Verde, Koudawo (2001) avalia o caso da Guiné-Bissau como ‘transições sobrepostas’ e inacabadas.

Ainda que a Constituição da República estabeleça que “a Guiné-Bissau é uma república soberana, democrática, laica e unitária” (CRGB, Artigo 1.º), a democracia, na Guiné-Bissau, encontra-se ainda numa fase incipiente e a distribuição dos poderes apresenta fenómenos, por vezes, contraditórios: “ao mesmo tempo em que assistimos ao que Achile Mbembe designou de ‘refracção da sociedade’, traduzida, entre outros fenómenos (guerras, recomposições territoriais, deslocações forçadas das populações), na diversidade das identidades, das submissões, das autoridades e das jurisdições, verifica-se uma redução das possibilidades de participação na ‘construção’ de decisões, e/ou a submissão de determinadas estruturas de decisão a outras do mesmo nível” (www.codesria.org)¹⁰.

Guiné-Bissau apresenta um sistema semi-presidencialista e o Presidente da República é eleito por via do sufrágio universal e directo. De acordo com a Constituição do país, o Governo é responsável politicamente perante o Presidente da República e a Assembleia Nacional Popular. A nível político-administrativo, o território da República de Guiné-Bissau divide-se em nove províncias administrativas, que, entretanto, se encontram subdivididas por regiões. A norte, contam-se as províncias de Biombo, Cacheu e Oio. No Sul, existem as províncias de Bolama, Quinara e Tombali. E, por fim, na parte leste, o país conta com as províncias de Bafatá, Bissau e Gabu.

Em 2005, depois de reassumir, como independente, o cargo de Presidente da República, Nino Vieira demitiu o Governo de Carlos Gomes Júnior (PAIGC), através do decreto-presidencial 54/2005, alegando ‘crispação das relações’ entre os órgãos de soberania, “nomeadamente entre o governo e alguns serviços sensíveis e básicos do Estado” (www.rtp.pt)¹¹. Com a demissão do então executivo de Júnior, o presidente montou um Governo da sua confiança, com personalidades de várias sensibilidades políticas, incluindo PAIGC, cuja liderança foi entregue a Aristides Gomes.

⁹ Site oficial do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA): http://www.codesria.org/Archives/ga10/papers_ga10_12/Urban_Cardoso.htm, consultado a 08 de Setembro de 2006.

¹⁰ *Idem, ibidem.*

¹¹ Site oficial da RTP: <http://www.rtp.pt/index.php?article=205071&visual=16>, consultado a 09 de Setembro de 2006.

2. O estado dos *media* na Guiné-Bissau

2.1. Perspectiva histórica sobre os *media*

Antes da proclamação da independência em Setembro de 1973, o povo guineense viveu uma intensa batalha, que durou vários anos. Entre os diversos elementos, a máquina propagandística do PAIGC foi um instrumento muito importante na luta contra a colonização. Durante a luta armada, vários jornais apareceram e desapareceram, sem que tenham alguma vez ultrapassado a periodicidade semanal. A falta de jornalistas e os deficientes materiais de impressão, entre outros factores, provocavam atrasos nas gráficas. Lopes (1988) destaca *O Arauto* e a *Voz da Guiné* como os mais influentes jornais da altura, dado que as outras publicações eram quase insignificantes. “A maioria das notícias chegava já redigida de Portugal e as páginas ‘do país’ falavam mais de um bairro qualquer de Lisboa do que da Guiné-Bissau” (Lopes, 1988: 297). O objectivo desses jornais, segundo este autor, era introduzir a consciência da ‘multi-racialidade e pluri-continentalidade de Portugal’ e, com isso, perpetrar o colonialismo. O objectivo era usar a imprensa para persuadir os negros e os mestiços a criarem um clima que assegurasse o Império Colonial. A rádio teve um papel muito importante nesse processo de ‘colonização mediática’, uma vez que a sua capacidade de penetração era muito grande, pelo que o regime imperial emitia programas em línguas nacionais para encorajar os seus militares e dissuadir os guerrilheiros.

No entanto, os lutadores pelas causas nacionalistas não ficaram de braços cruzados. Para além do *PAIGC Actualités*, o movimento liderado por Amílcar Cabral criou ainda a rádio e o jornal *Libertação*, através dos quais tentava influenciar a comunidade internacional e chamar atenção para as lutas nacionalistas. As emissões experimentais da Rádio Libertação começaram em 1964 e, desde 16 de Julho de 1967 até 10 de Setembro de 1974, funcionaram regularmente (Lopes, 1988). O PAIGC era quem programava as emissões da Rádio Libertação que, até 1969, emitia a partir de Conacri. Lopes (1988) afirma que, embora sem um estúdio fixo e com equipamentos muito precários, as emissões da Rádio Libertação não sofriam interferências portuguesas e podiam ser escutadas até nas zonas rurais.

Mais antigo que a rádio, o jornal *Libertação* começou a sua publicação em 1960. Era fotocopiado, pobre em conteúdos e nunca ultrapassava os 500 exemplares (Lopes, 1988). O jornal circulava no seio dos quadros do PAIGC e fechou as portas em 1968.

Em Abril de 1975, nasceu o primeiro jornal do período pós-independência intitulado *Nô Pintcha*. Era uma publicação trimestral que marcou a história da reconstrução do país. A equipa redactorial era constituída essencialmente por jovens, acabados de sair do ensino secundário.

No que diz respeito aos órgãos de comunicação públicos, destaca-se sobretudo a Rádio Difusão Nacional (RDN) e a Televisão da Guiné-Bissau (TGB). A Rádio Difusão Nacional é um dos órgãos privilegiados de informação na Guiné-Bissau e um dos mais abrangentes, dado abarcar diversas comunidades, com uma vocação essencialmente para as zonas rurais. Lopes (1988) considera que a RDN tem desempenhado um papel

importante, embora no período colonial a sua situação económica impedisse a cobertura de várias regiões do país. Por outro lado, apesar do papel preponderante que a televisão tem hoje em dia na vida das pessoas, a TGB está longe de cumprir o serviço público estabelecido na Constituição da República da Guiné-Bissau, uma vez que, para além dos poucos recursos materiais e da fraca formação dos seus quadros, é um órgão de comunicação dependente do poder político.

O único canal televisivo que procura dar uma informação isenta sobre a realidade da Guiné-Bissau é a RTP África que tem tido problemas com alguns Governos de países africanos. Os casos da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe são particularmente ilustrativos da má convivência que o canal português tem tido com os detentores do poder em África.

2.2. A imprensa e alguns elementos sobre a liberdade editorial

O estudo da comunicação social, em grande parte dos países africanos, remete-nos, obviamente, para o percurso histórico que o continente atravessou, marcado por mais de quinhentos anos de colonização europeia, para o modelo político que se desenhou nos vários países depois da sua independência e para a diversidade cultural de cada país, marcada, quase sempre, por uma multiplicidade de etnias que fazem com que, num mesmo país, se encontrem comunidades com estilos de vida e crenças completamente diferentes. A Guiné-Bissau é um caso exemplar de um país com uma grande diversidade étnica. Lopes considera que a análise do estado da comunicação social neste país implica compreender as “complexidades locais, versadas no tecido das culturas étnicas e das oralidades tradicionais, sem esquecer o peso de diferentes heranças históricas e das problemáticas de natureza económica” (1988: 107).

Como vimos, para além da deficiente estrutura económica, (com a importação a superar, dramaticamente, a exportação), a diferença étnica (Bijagós, Papéis, Manjacos, Mandingas, Balantas, Fulas, Beafadas, Nalus, etc.) é uma das razões da tensão social e da instabilidade política na Guiné-Bissau, empurrando a sociedade para um espécie de abismo. Toda a estruturação social (conciliação entre a concepção moderna de estruturação social e a vivência tribalista) terá efeito na forma como se exerce o poder e acabará por influenciar o próprio funcionamento da sociedade, sendo que, por vezes, a dimensão de uma etnia determina um desfecho eleitoral. Por outro lado, as deficientes redes educativas contribuem para a perpetuação de uma sociedade rural. Neste contexto, o desenvolvimento da comunicação social está fortemente limitado.

Em relação às diferenças étnicas, os jornalistas da Guiné-Bissau procuram veicular informações “cujas preocupações dominantes incidem muito na estratificação cultural. Uma aposta do jornalismo guineense é a aproximação dos nexos de todas as formações étnicas, diria étnico-linguísticas, étnico-religiosas, em busca, naturalmente, de um fortalecimento da figura da identidade nacional. Conhecemos a nossa dispersão de valores culturais: não podemos fazer um jornalismo dissociado dessa realidade” (Lopes, 1988: 107). No entanto, em relação à liberdade de imprensa, os jornalistas da Guiné-Bissau não dispõem ainda das condições necessárias ao exercício dessa liberdade.

De uma forma geral, a África é um dos continentes onde a violação da liberdade de imprensa é uma constante, apesar de muitos países terem adoptado legislações que asseguram as liberdades fundamentais dos cidadãos. Desde o texto de 1984, o legislador constitucional da Guiné-Bissau tinha estabelecido, no Artigo 56.º, que o Estado se encontrava munido de instrumentos capazes de garantir o exercício da liberdade de imprensa, ampliando a esfera da liberdade de expressão, através dos órgãos de difusão pública da informação. Não assumindo claramente a falta de liberdade de imprensa no país, Lopes admite que “há limitações e condicionalismos internos, em África, que correspondem simplesmente ao atraso cultural e económico” (1988: 108). Evitando nitidamente um confronto ideológico com o regime de então, Lopes afirma que “o conceito da liberdade de informar não pode ser elaborado à revelia da interpretação cuidadosa das realidades, às vezes dramáticas, no meio das quais esbracejam as sociedades humanas” (1988: 108). O autor deixará, assim, subentendida a necessidade de um conceito de liberdade de imprensa para os países ocidentais e um outro conceito para os países em vias de desenvolvimento.

O exercício da liberdade de imprensa e a democratização do espaço de opinião pública eram encarados pela Constituição de 1984 como eixo centralizador do desenvolvimento da sociedade. Desta forma, o diploma constitucional atribuía ao Estado a tarefa de garantir “um serviço de imprensa, de rádio e de televisão, independente dos interesses económicos e políticos, que assegure a expressão e o confronto das diversas correntes de opinião” (CRGB, Artigo 56.º: n.º 2). O legislador constitucional parecia mesmo empenhado em democratizar a comunicação social na Guiné-Bissau, auxiliando os cidadãos com um produto mediático que visasse, não a veiculação de ideologias políticas ou doutrinárias ou a perseguição de objectivos económicos, mas sim, prestar aos cidadãos um serviço público de referência, com o intuito de formar homens e mulheres esclarecidos, capazes de participar activamente no rumo do país. Podemos ver que o próprio legislador constitucional, não deixando para o legislador ordinário a tarefa de regulamentar todo o modo de funcionamento do serviço público de imprensa, rádio e televisão, ele próprio criou um mecanismo na Constituição que estabelece que, para garantir o serviço público em todos os sectores da comunicação social, “e assegurar o respeito pelo pluralismo ideológico, será criado um Conselho Nacional de Comunicação Social, órgão independente, cuja composição e funcionamento serão definidos por lei” (CRGB, Artigo 56.º: n.º 4). No entanto, o espírito que o legislador inscreveu na Constituição da República da Guiné-Bissau (1984) não encontrou correspondência nas práticas sociais, uma vez que sucederam episódios de tentativa de silenciamento da imprensa, como o caso do encerramento da RTP África, pela administração do então presidente Kumba Yalá, ou o encerramento da rádio privada Bombolom FM, que era vista como uma voz discordante do regime.

Foi no dia 27 de Fevereiro de 2003 que o então Presidente Kumba Yalá anunciou o cancelamento definitivo da autorização de emissão da Bombolom FM. Para o então presidente, na base da decisão estava a falta de ‘profissionalismo’, de ‘pluralismo’ e de ‘objectividade’ na cobertura dos assuntos da actualidade guineense. Antes, a estação

tinha sido fechada no dia 13 de Fevereiro “até nova ordem, depois de ter dado a palavra a uma deputada da oposição que criticou o Presidente da República. O Secretário de Estado da Informação, João Manuel Gomes, acusara a emissora de divulgar ‘notícias falsas que prejudicam a soberania nacional e a estabilidade do país’” (www.rsf.org)¹². No entanto, o encerramento daquela estação privada aconteceu na sequência das ameaças que a operadora privada tinha vindo a sofrer, ao longo de vários anos. Inúmeros jornalistas seus foram ameaçados, sofreram pressões e foram levados à justiça, acusados de terem divulgado falsas informações, que punham em causa a estabilidade nacional.

No entanto, a situação da rádio Bombolom FM não é única nem um caso pontual. Embora Lopes (1988) defenda que, na Guiné-Bissau, se aceita que “os jornalistas ocidentais pautem as suas atitudes, a sua actuação, pelos valores e códigos inerentes ao seu próprio avanço cultural e tecnológico, a verdade é que, no dia 6 de Dezembro de 2002, João Pereira da Silva, que exercia o cargo de chefe da delegação da RTP África em Bissau, foi intimado a deixar o país em 48 horas, acusado de desacato a um membro do Governo. A situação provocou alguma críspação nas relações entre Portugal e Guiné-Bissau, sendo que, “dias mais tarde, o Ministério português dos Negócios Estrangeiros protestou contra a expulsão do jornalista” (www.rsf.org).¹³

Na sequência do encerramento da rádio Bombolom FM, por ser considerada próxima da oposição, o organismo internacional de monitorização da liberdade de imprensa no mundo, Repórteres Sem Fronteiras, mostrou-se preocupado com aquilo a que chamou de uma grave deterioração da situação da liberdade de imprensa na Guiné-Bissau. “Desde o mês de Dezembro e com a expulsão do correspondente da Rádio-Televisão Portuguesa, a situação está a ficar cada vez pior para a imprensa. Hoje, as autoridades reduziram definitivamente ao silêncio um dos meios de comunicação mais críticos do país”, declarou Robert Ménard, numa carta endereçada ao então Presidente da República, Kumba Yalá (www.rsf.org)¹⁴. O Secretário-Geral da organização em prol da liberdade de imprensa no mundo realçou ainda o facto de o encerramento da Bombolom FM ter acontecido a dois meses das eleições gerais, o que tornava a situação preocupante para o pluralismo de opinião no país. Neste contexto, Robert Ménard exortou Kumba Yalá a fazer tudo o que estava ao seu alcance para que a rádio privada voltasse às antenas e voltasse a fazer parte do quotidiano informativo e cultural dos cidadãos da Guiné-Bissau. Por fim, o Secretário-Geral da organização Repórteres Sem Fronteiras fez questão de lembrar ao então presidente da República que ele fazia parte dos 23 ‘cancros da liberdade de imprensa’, denunciados pela organização durante a última Cimeira África-França, em Paris (www.rsf.org)¹⁵.

É notório, se levarmos em consideração a quantidade de queixas dos jornalistas da Guiné-Bissau ou dos que trabalham nesse país, que os sucessivos Governos e admi-

¹² Repórteres Sem Fronteiras: http://www.rsf.org/article.php3?id_article=5046, consultado a 15 de Novembro de 2006.

¹³ *Idem, ibidem.*

¹⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁵ *Idem, ibidem.*

nistrações presidenciais têm dado sinais claros de falta de diálogo com a sociedade, de forma a criar um fórum de debate de opiniões, através da comunicação social. Sousa (1993) defende que, na África Lusófona, os meios de comunicação de massa têm estado sistematicamente sob controlo governamental.

Se o desfazamento entre a enunciação e a prática faz parte do universo político nos mais diversos contextos sociais, na Guiné-Bissau esta diferença é enorme. Se, por um lado, o ministro guineense da Comunicação Social, Armando Tchoba Santos, promete uma comunicação social «estável» virada para o desenvolvimento e a reconciliação da Guiné-Bissau (www.jornalistas.com)¹⁶, por outro lado, são frequentes as atitudes repressivas contra os jornalistas. O Ministro da Comunicação Social afirmou ainda que vai dedicar uma “especial atenção à criação de condições para uma cobertura ‘isenta e equitativa’ dos órgãos de Comunicação Social” com o objectivo de promover “uma ‘imagem positiva’ da Guiné-Bissau” (www.jornalistas.com)¹⁷.

Bibliografia

- Ascensão, J. de O. (1991) *O Direito – Introdução e teoria geral (Uma perspectiva luso-brasileira)*; Coimbra: Almedina.
- Barros, M.; & Sangreman, C.; Sousa, C. & Zeverino, G. J. R. ‘A Evolução Política recente na Guiné-Bissau – As eleições de 2005, os conflitos, o desenvolvimento e a sociedade civil’ in *site* oficial do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG): http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/cesa_doc_trab_70.pdf, consultado a 9 de Setembro de 2006.
- Bull, B. P., (1989) *O Crioulo da Guiné-Bissau – Filosofia e sabedoria*; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Lisboa e Bissau.
- Cardoso, C. ‘A formação da elite política na Guiné-Bissau’, in *site* oficial do ISCTE: http://cea.iscte.pt/papers/CEA_OP_Cardoso_Elite.pdf, consultado a 8 de Setembro de 2006.
- Cardoso, C. ‘Da abertura 1 a abertura 2: Os desafios da transição política na Guiné-Bissau’, in *site* oficial do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA): http://www.codesria.org/Archives/ga10/papers_ga10_12/Urban_Cardoso.htm, consultado a 8 de Setembro de 2006.
- Cruz, Maria Arlete Pereira da (1995) *O Multipartidarismo em África: O exemplo senegalês*; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Fonseca, J. C. (1990) *O Sistema de Governação na Constituição Cabo-verdiana*, Lisboa: Edição da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Koudawo, F. (2001): *Cabo Verde e Guiné-Bissau – Da democracia revolucionária à democracia liberal*, Bissau: INEP.
- Koudawo, F. ‘Guiné na rema, Bissau na djungu (I)’, *Semanário Banobero*, edição de 4 de Outubro de 2000.
- Lopes, C. (1999) *Kaabunké: Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais*, Lisboa: Edição da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Lopes, C. (1988) *Para uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau*, Lisboa: Editorial Economia e Socialismo.
- Lopes, A. S. et al. (1988) *Jornalismo e Literatura – Actas do II Encontro Afro-Luso-Brasileiro*, Lisboa: Vega.
- Medeiros, E. R. de (1998) *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*, Lisboa: ISCSP.

¹⁶ Sítio dos Jornalistas: <http://www.jornalistas.com/noticias.php?noticia=1116>, consultado a 09 de Setembro de 2006.

¹⁷ *Idem, ibidem.*

- Nóbrega, Á. (2003) *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Repórteres Sem Fronteiras: http://www.rsf.org/article.php3?id_article=5046, consultado a 15 de Novembro de 2006.
- Site oficial da Agência Bissau: <http://www.agenciabissau.com/portal.aspx?link=public/viewnews.ascx&menuindex=0&newsid=1160>, consultado a 27 de Agosto de 2006.
- Site oficial da Associação Jovens com uma Missão: http://www.jocum.org.br/africa/bissau/economia/economia_bissau.htm, consultado a 6 de Setembro de 2006.
- Site oficial da BBC: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/africa/countryprofiles/story/2004/09/guinea-bissau.shtml>, consultado a 10 de Agosto de 2006.
- Site oficial do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA): http://www.codesria.org/Archives/ga10/papers_ga10_12/Urban_Cardoso.htm, consultado a 8 de Setembro de 2006.
- Site oficial do ISCTE: http://cea.iscte.pt/papers/CEA_OP_Cardoso_Elite.pdf, consultado a 8 de Setembro de 2006.
- Site oficial da RTP: <http://www.rtp.pt/index.php?article=205071&visual=16>, consultado a 9 de Setembro de 2006.
- Sítio dos Jornalistas: <http://www.jornalistas.com/noticias.php?noticia=1116>, consultado a 9 de Setembro de 2006.
- Sousa (1993) *The impact of the BBC in Lusophone Africa*, Dissertação de Mestrado, City University, Londres.
- Zeverino, G. J. R. (2005) *O Conflito Político-Militar na Guiné-Bissau (1998-1999)*, Lisboa: IPAD/Centro Documentação e Informação.